

Ata nº 036 da Sessão Ordinária nº 036, de  
20 de junho de 2013.

1 Às nove horas do dia vinte de junho de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do  
2 Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da  
3 Conselheira **MARA LÚCIA**, presentes os Conselheiros, **ROSA HAGE, DANIEL LAVAREDA e CEZAR**  
4 **COLARES**; Ausência justificada dos Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, JOSÉ CARLOS ARAÚJO e ANTÔNIO**  
5 **JOSÉ**; presença da Procuradora - Chefe do Ministério Público junto ao TCM-PA, **ELIZABETH SALAME DA**  
6 **SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão  
7 Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Sérgio  
8 Dantas em substituição ao Conselheiro ALOÍSIO CHAVES, nos termos da Portaria nº 0994/2013. Convocado o  
9 Auditor Alexandre Cunha para apresentar proposta de decisão, nos termos do art. 19, II da Lei Orgânica do  
10 TCM/Pa. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "havendo  
11 quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos  
12 decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 032/2013.  
13 Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos.  
14 **Processo nº 030012003-00; Prefeitura Municipal de Afuá; Prestação de Contas – 2003; Responsável**  
15 **Miguel Santana de Castro; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel**  
16 **Lavareda; Publicado no DOE nº 32.418, de 17.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
17 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a  
18 aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi  
19 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela emissão de parecer prévio contrário a*  
20 *aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício 2003, de responsabilidade do Sr. Miguel Santana de Castro, que*  
21 *deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias: I – Aos Cofres Municipais: I.1 - R\$ 4.714,60 (quatro mil, setecentos e*  
22 *quatorze reais e sessenta centavos), a título de multa, equivalente a 5% (cinco por cento) dos vencimentos anuais do*  
23 *Ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos relatórios de gestão fiscal.*  
24 *I.2 - R\$ 28.229,44 (vinte e oito mil, duzentos e vinte e nove reais e quarenta e quatro centavos), a título de recolhimento*  
25 *dos pagamentos indevidos de subsídios ao Sr. Prefeito e vice-Prefeito. II - Ao FUMREAP a título de multa: II.1- R\$ 3.500,00*  
26 *(três mil e quinhentos reais), com base no art. 120-B, do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva das*  
27 *prestações de contas dos 2º e 3º quadrimestres, LDO, Orçamento e RREO do 6º bimestre; II.2 – R\$ 5.000,00 (cinco mil*  
28 *reais), com fundamento no art. 120-A, II, e III do Regimento Interno deste Tribunal, pelo descumprimento do Art. 7º da*  
29 *Lei 9.424/97 (Lei do FUNDEF), pelas divergências contábeis o que originou a diferença lançada à conta "Receita a*  
30 *Comprovar", pelas despesas realizadas sem processos licitatórios e pela não apropriação da totalidade dos encargos*  
31 *patronais no exercício. Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual".* **Em votação:** a  
32 Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Cezar Colares e o Auditor Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na  
33 íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, porém com a exclusão da multa ao FUMREAP. A  
34 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio  
35 contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Afuá, exercício 2003, de responsabilidade do Sr.  
36 Miguel Santana de Castro, que deverá recolher no prazo de 15 (quinze) dias: I – Aos Cofres Municipais: I.1 -  
37 R\$-4.714,60 (quatro mil, setecentos e quatorze reais e sessenta centavos), a título de multa, equivalente a 5%  
38 (cinco por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000,  
39 pela remessa intempestiva dos RGF's; I.2 - R\$-28.229,44 (vinte e oito mil, duzentos e vinte e nove reais e  
40 quarenta e quatro centavos), a título de recolhimento dos pagamentos indevidos de subsídios ao Sr. Prefeito e  
41 vice-Prefeito, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por**  
42 **maioria:** II - Ao FUMREAP, a título de multa: II.1- R\$-3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com base no art.  
43 120-B, do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva das prestações de contas dos 2º e 3º





quadrimestres, LDO, Orçamento e RREO do 6º bimestre; II.2 – R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com fundamento no art. 120-A, II, e III do Regimento Interno deste Tribunal, pelo descumprimento do Art. 7º da Lei 9.424/97 (Lei do FUNDEF), pelas divergências contábeis o que originou a diferença lançada à conta “Receita a Comprovar”, pelas despesas realizadas sem processos licitatórios e pela não apropriação da totalidade dos encargos patronais no exercício. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP.

**Processo nº 1100012009-00; Prefeitura Municipal de Brasil Novo; Prestação de Contas de Governo - 2009; Responsável José Carlos Caetano (Período 01.01.2009) e Lindomar Carvalho Garcia (período de 03.04.2009 a 31.12.2009); Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Publicado o DOE nº 32.418, de 17.06.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1100012009-00; Prefeitura Municipal de Brasil Novo; Prestação de Contas de Gestão - 2009; Responsável José Carlos Caetano (Período 01.01.2009) e Lindomar Carvalho Garcia (período de 03.04.2009 a 31.12.2009); Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Publicado o DOE nº 32.418, de 17.06.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1100022009-00; Câmara Municipal de Brasil Novo; Prestação de Contas - 2009; Interessada Lindomar Carvalho Garcia (Período 01.01.2009 a 02.04.2009) e Sérgio Fernando Costa Botelho (Período 03.04.2009 a 31.12.2009); 5º Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Publicado o DOE nº 32.418, de 17.06.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 350022009-00; Câmara Municipal de Irituia; Prestação de Contas - 2009; Responsável Waldemir Oliveira da Costa; 5º Controladoria; Procuradora - Chefe Elizabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Publicado o DOE nº 32.418, de 17.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Brasil Novo, exercício 2009, de responsabilidade da Sra. Maria José Caetano, em favor da qual deve ser expedido Alvará de Quitação no valor de R\$ 877.520,85 (oitocentos e setenta e sete mil, quinhentos e vinte reais e oitenta e cinco centavos), após o recolhimento ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP, no prazo de 15 (quinze) dias, de multa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento Interno do TCM/PA, pelos potenciais danos a que fica submetido o Erário em função de aplicação de multas e juros sobre os encargos patronais não apropriados dentro do exercício devido”. **Em votação**: a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Cezar Colares e o Auditor Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Brasil Novo, exercício 2009, de responsabilidade da Sra. Maria José Caetano, **por maioria**, após o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 15 (quinze) dias, de multa no valor de R\$-1.000,00 (hum mil reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento Interno do TCM/PA, pelos potenciais danos a que ficou submetido o Erário em função da aplicação de multas e juros sobre os encargos patronais não apropriados dentro do exercício devido. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 1100052009-00; Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo; Prestação de Contas - 2009; Responsável Waldirene Arraes Campos; 5º Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Publicado o DOE nº 32.418, de 17.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Brasil Novo, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade da Sra. Waldirene Arraes Campos, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-4.397.286,67 (quatro





milhões, trezentos e noventa e sete mil, duzentos e oitenta e seis reais e sessenta e sete centavos). **Processo nº 214292005-00; Fundo Municipal de Educação de Cametá;** Prestação de contas - 2005; Responsável José Waldoli Figueira Valente; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Auditor Alexandre Cunha. **Publicado o DOE nº 32.418, de 17.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator apresentou sua proposta de **Decisão:** “*pela irregularidade das contas do Fundo Municipal de Educação de Cametá, do exercício financeiro de 2005, de responsabilidade do Sr. José Waldoli Figueira Valente, com fundamento no art. 57, inc. II, “c”, da Lei Complementar nº 25/94 e recolhimento das seguintes quantias: I – Multas com fundamento no art. 57, da Lei Complementar 025/94: - R\$2.000,00 (dois mil reais), pela falta de apresentação dos Atos de Abertura de Créditos; - R\$1.000,00 (um mil reais), pela transgressão do art. 212, da CF/88, deixando de aplicar o mínimo constitucional de 25% dos impostos arrecadados e transferidos na manutenção e desenvolvimento do ensino; - R\$91.683,40 (noventa e um reais, seiscentos e oitenta e três reais e quarenta centavos), pela ausência de processos licitatórios em afronta ao art. 37, XXI, da CF c/c art. 2º da Lei Federal 8.666/93; - R\$-500,00 (quinhentos reais), pela remessa intempestiva da Prestação de Contas Quadrimestral; - R\$-1.000,00 (mil reais), pela infringência do art. 50, II, LRF, face a não apropriação das obrigações patronais no próprio exercício; - R\$-200,00 (duzentos reais), pela divergência entre os valores apresentados no E-contas e meio documental escrito, infringindo disposições da IN 003/2003/TCM. Cópia dos autos deverá ser encaminhado ao Ministério Público Estadual*”. **Em votação:** a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares e o Auditor Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas do Fundo Municipal de Educação de Cametá, do exercício financeiro de 2005, de responsabilidade do Sr. José Waldoli Figueira Valente, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** multa ao FUMREAP, nos seguintes valores: R\$-2.000,00 (dois mil reais), pela falta de apresentação dos Atos de Abertura de Créditos; - R\$-1.000,00 (hum mil reais), pela transgressão do art. 212, da CF/88, deixando de aplicar o mínimo constitucional de 25% dos impostos arrecadados e transferidos na manutenção e desenvolvimento do ensino; - R\$-91.683,40 (noventa e um mil, seiscentos e oitenta e três reais e quarenta centavos), pela ausência de processos licitatórios em afronta ao art. 37, XXI, da CF c/c art. 2º da Lei Federal 8.666/93; - R\$-500,00 (quinhentos reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas quadrimestral; - R\$-1.000,00 (mil reais), pela infringência do art. 50, II, LRF, face a não apropriação das obrigações patronais no próprio exercício; - R\$-200,00 (duzentos reais), pela divergência entre os valores apresentados no E-contas e meio documental escrito, infringindo disposições da IN nº 003/2003/TCM. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 0484582006-00; FUNDEF de Monte Alegre;** Prestação de Contas - 2006; Interessado Evaldo Rodrigues Gomes; Procuradora – Chefe Elizabeth Salame da Silva; Relator - Auditor Alexandre Cunha. **Publicado o DOE nº 32.418, de 17.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator apresentou sua proposta de **Decisão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Evaldo Rodrigues Gomes, sem prejuízo do recolhimento de multa no valor de R\$-500,00 (quinhentos reais), pela infringência do art. 50, II, da LRF. Com impedimento do Auditor Sérgio Dantas que funcionou nos autos como Auditor do feito. **Processo nº 200910733-00 (201000364-00); CINBESA/PMB;** Contrato nº 009/2009 e 1º Termo Aditivo firmado entre a Companhia de Informática de Belém – CINBESA/PMB e a empresa ALUCAR Locadora de Veículos Ltda; Interessado Rick Wenderson da Costa Figueiredo; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator – Auditor Sérgio Dantas. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento

*Handwritten signature*





dos autos e manifestou-se pelo não cadastramento do Contrato nº 009/2009 e de seu 1º Termo Aditivo. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo não cadastramento do Contrato nº 009/2009 e 1º Termo Aditivo firmado entre a Companhia de Informática de Belém – CINBESA/PMB e a empresa ALUCAR Locadora de Veículos Ltda. Com impedimento da Conselheira Mara Lúcia, por ter se manifestado no Pregão. **Processo nº 200907587-00; Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL/PMB; Contrato nº 009/2009, firmado entre a Fundação Cultural do Município de Belém- FUMBEL/PMB e a empresa AMAZON CARD'S Ltda; Interessado Raimundo Pinheiro dos Santos; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor Sérgio Dantas.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Contrato nº 009/2009, com a juntada de cópia dos autos à respectiva prestação de contas. **Processo nº 201001866-00; SEFIN/PMB; 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2009, firmado com a Secretaria de Finanças de Belém – SEFIN/PMB e a empresa Viagens e turismo - 2010; Interessado Aurélio Sousa dos Santos Junior – Secretário de Turismo; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Auditor Sérgio Dantas.** Retirado de Pauta. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.** Apreciação dos Acórdãos nº's 23.734, 23.735, 23.736, 23.737, 23.738, 23.739 e 23.740. Apreciação das Resoluções nº's 10.930, 10.937, 10.938, 10.942 e 10.954. Relator – Conselheiro Cezar Colares. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação dos Acórdãos e Resoluções apresentadas. **Distribuição de Processos:** Relator: Conselheiro Aloísio Chaves 1) Processo nº 201220466-00 Origem: Instituto de Previdência do Município de Tucumã Assunto: Aposentadoria de Eugênio Soares da Silva. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** Após, a Presidência declarou **ENCERRADA** a presente Sessão, às nove horas e cinquenta e oito minutos, da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte de junho de dois mil e treze.

Visto:

  
**Robson Figueiredo do Carmo**  
Secretário Geral

  
Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**  
Presidente da Sessão